

Polícia Civil do Estado da Bahia

# PC-BA

Escrivão de Polícia

A apostila preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos.

NV-016MA-20

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.  
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo [sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br).

## **OBRA**

PC-BA - Polícia Civil do Estado da Bahia

Escrivão de Polícia

Atualizada até 05/2020

## **AUTORES**

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco  
Informática - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto  
Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chieregatti e Joao de Sá Brasil  
Atualidades - Profª Roberta Amorim  
Promoção da Igualdade Racial e de Gênero - Profª Giovana Marques  
Medicina Legal - Profº Ricardo Razaboni  
Noções de Administração - Profª Silvana Guimarães  
Leis Específicas Profº Eduardo Gigante  
Noções de Direito Penal Profº Rodrigo Gonçalves e Profª Bruna Pinotti  
Noções de Direito Processual Penal Profº Rodrigo Gonçalves e Profª Bruna Pinotti  
Legislação Penal Extravagante Profº Rodrigo Gonçalves e Profª Bruna Pinotti  
Noções de Direito Constitucional Profª Giovana Marques  
Noções de Direito Administrativo Profº Fernando Zantedeschi  
Noções de Estatística Profª Tatiana Carvalho  
Noções de Arquivologia Profª Silvana Guimarães

## **PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO**

Aline Mesquita  
Josiane Sarto

## **DIAGRAMAÇÃO**

Dayverson Ramon  
Paulo Martins  
Willian Lopes

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos

Edição MAI/2020



[www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br)

[sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br)

# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Re- conhecimento de tipos e gêneros textuais.....	01
Domínio da ortografia oficial; Emprego das letras.....	10
Emprego da acentuação gráfica.....	17
Domínio dos mecanismos de coesão textual; Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual.....	21
Emprego/correlação de tempos e modos verbais.....	26
Domínio da estrutura morfosintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	37
Emprego dos sinais de pontuação.....	48
Concordância verbal e nominal.....	51
Emprego do sinal indicativo de crase.....	59
Colocação dos pronomes átonos.....	62
Reescrita de frases e parágrafos do texto; Substituição de palavras ou de trechos de texto; Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	70
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República); Adequação da linguagem ao tipo de documento; Adequação do formato do texto ao gênero.....	72

## INFORMÁTICA

Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows).....	01
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice).....	60
Redes de computadores. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet.....	85
Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome).....	94
Programas de correio eletrônico (Outlook Express, Mozilla Thunderbird). Sítios de busca e pesquisa na Internet.....	130
Grupos de discussão. Redes sociais.....	146
Computação na nuvem (cloudcomputing).....	152
Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	152
Segurança da informação. Procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).....	152
Procedimentos de backup. Armazenamento de dados na nuvem (cloudstorage).....	158

## RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas; Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; Lógica sentencial (ou proposicional); Proposições simples e compostas.....	01
Tabelas-verdade; Equivalências; Leis de De Morgan; Diagramas lógicos; Lógica de primeira ordem.....	03
Princípios de contagem e probabilidade.....	07
Operações com conjuntos; Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	13

# SUMÁRIO

## ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas..... 01

## PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

Constituição da República Federativa do Brasil (art. 1º, 3º, 4º e 5º).....	01
Constituição do Estado da Bahia (Cap. XXIII “Do Negro”).....	09
Lei federal nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial).....	10
Lei federal nº 7.716/1989, alterada pela Lei federal nº 9.459/1997 (Tipificação dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).....	18
Decreto federal nº 65.810/1969 (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial) .....	18
Decreto federal nº 4.377/2002 (Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher).....	20
Lei federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).....	22
Código Penal Brasileiro (art. 140) .....	30
Lei federal nº 7.437/1985.....	31
Lei estadual nº 10.549/2006 (Cria a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial); alterada pela Lei estadual nº 12.212/2011 .....	32
Lei federal nº 10.678/2003 (Cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República) .....	33

## MEDICINA LEGAL

Perícia médico-legal: perícias médico-legais, perícia, peritos.....	01
Documentos legais: conteúdo e importância.....	01
Traumatologia forense .....	02
Energia de ordem física. Energia de ordem mecânica. Lesões corporais: leve, grave e gravíssima e seguida de morte .....	04
Tanatologia forense: causas jurídica da morte, diagnóstico de realidade da morte.....	06
Sexologia forense .....	07
Imputabilidade penal .....	09

# SUMÁRIO

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Noções de administração. Abordagens clássica, burocrática e sistêmica da administração. Evolução da administração pública no Brasil após 1930. Reformas administrativas.....	01
Noções de Administração Pública. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Princípios Explícitos e Implícitos.....	16
Ética na Administração Pública.....	19
Administração Pública. Organização administrativa. Centralização. Descentralização. Desconcentração.....	21
Órgãos Públicos. Administração Indireta. Autarquias.....	27
Fundações Públicas. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	27
A nova gestão pública .....	31
Processo administrativo. Funções da administração: planejamento, organização, direção e controle.....	31
Estrutura organizacional. Cultura organizacional.....	31
Gestão de pessoas. Equilíbrio organizacional. Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho.....	48
Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial. Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade. Ciclo PDCA. Ferramentas de gestão da qualidade. Modelo do gspública .....	75
Noções de gestão de processos: técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos.....	107
Legislação administrativa. Administração direta, indireta e fundacional.....	111
Atos administrativos .....	112
Noções de licitação pública: fases, modalidades, dispensa e inexigibilidade.....	120
Noções de administração de recursos materiais.....	127
Ética no serviço público: comportamento profissional, atitudes no serviço, organização do trabalho, prioridade em serviço .....	146
Administração financeira e orçamentária. Orçamento público.Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentárias.....	152
Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças: FIPLAN .....	156
Receita pública: categorias, fontes, estágios e dívida ativa.....	157
Despesa pública: categorias e estágios. Suprimento de fundos. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Conta única do Tesouro .....	161

## LEIS ESPECÍFICAS

Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994 (Estatuto do Servidor Público Civil do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais) .....	01
Lei estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005 (Dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências). .....	08
Lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (Dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências) .....	19
Lei estadual nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia) e alterações....	26

# SUMÁRIO

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Aplicação da Lei Penal; Princípios da Legalidade e da Anterioridade; A Lei Penal no Tempo e no Espaço; Tempo e Lugar do Crime; Lei Penal Excepcional, Especial e Temporária; Territorialidade e Extraterritorialidade da Lei Penal; Pena Cumprida no Estrangeiro; Eficácia da Sentença Estrangeira; Contagem de Prazo; Frações Não Computáveis da Pena; Interpretação da Lei Penal; Analogia; Irretroatividade da Lei Penal; Conflito Aparente de Normas Penais.....	01
O Fato Típico e Seus Elementos; Crime Consumado e Tentado; Pena da Tentativa; Concurso de Crimes; Ilícitude e Causas de Exclusão; Excesso Punível; Culpabilidade; Elementos e Causas de Exclusão .....	17
Imputabilidade Penal.....	29
Concurso de Pessoas.....	29
Crimes Contra a Pessoa.....	32
Crimes Contra o Patrimônio .....	39
Crimes Contra a Fé Pública .....	48
Crimes Contra a Administração Pública.....	59
Delitos Hediondos (Lei Federal nº 8.072/1990) .....	68
Disposições Constitucionais Aplicáveis ao Direito Penal .....	71
Direito de Representação e Processo de Responsabilidade Administrativa e Penal nos Casos de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965) .....	76

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Aplicação da Lei Processual no Tempo, No Espaço e em Relação às Pessoas; Disposições Preliminares do Código de Processo Penal .....	01
Inquérito Policial.....	08
Ação Penal.....	11
Competência.....	13
Prova .....	15
Interceptação Telefônica (Lei federal nº 9.296/1996) .....	23
Juiz, Ministério Público, Acusado, Defensor, Assistentes e Auxiliares da Justiça, Atos de Terceiros.....	24
Prisão e Liberdade Provisória; Prisão Temporária (Lei federal nº 7.960/1989) .....	25
Processo e Julgamento dos Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos.....	30
Habeas Corpus e Seu Processo.....	32
Disposições Constitucionais Aplicáveis ao Direito Processual Penal.....	34

## LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

Lei nº 5.553/1968 (Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal).....	01
Lei nº 8.069/1990 e alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	01
Lei nº 10.741/2003 e alterações (Estatuto do Idoso).....	60
Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica) .....	68

# SUMÁRIO

Lei nº 7.492/1986 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional).....	69
Lei nº 4.737/1965 e alterações (Código Eleitoral).....	71
Lei nº 7.210/1984 e alterações (Lei de execução penal).....	116
Lei nº 9.099/1995 e alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).Lei nº 10.259/2001 e alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal).....	137
Lei nº 8.137/1990 e alterações (Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo).....	140
Título II da Lei nº 8.078/1990 e alterações (Crimes contra as Relações de Consumo).....	143
Lei nº 8.429/1992 e alterações (enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional).....	144
Declaração Universal dos Direitos Humanos, Proclamada pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.....	156

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais. Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas.....	01
Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade direitos políticos, partidos políticos.....	04
Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.....	16
Administração pública. Disposições gerais, servidores públicos.....	25
Poder executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República.....	25
Poder legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito.....	28
Poder judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Composição e competências. Funções essenciais à justiça. Ministério público, advocacia pública. Defensoria pública.....	33
Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.Atribuições constitucionais da Polícia Judiciária.....	41
Ordem social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índio.....	44

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios.....	01
Direito administrativo: conceito, fontes e princípios.....	04
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Invalidação, anulação e revogação. Prescrição.....	08
Agentes administrativos. Investidura e exercício da função pública. Direitos e deveres dos funcionários públicos; regimes jurídicos. Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades.....	08
Lei Federal nº 8.112/1990 e suas alterações.....	20
Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. Poder disciplinar. Poder de polícia. Liberdades públicas e poder de polícia, dever de agir, dever de eficiência,dever de probidade, dever de prestação de contas. Uso e abuso de poder.....	58

# SUMÁRIO

Princípios básicos da administração. Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano. Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder.....	65
Improbidade administrativa: sanções penais e civis - Lei Federal nº 8.429/1992 e suas alterações.....	70
Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação.....	70
Organização administrativa: administração direta e indireta, centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, consórcios públicos, entidades paraestatais e terceiro setor, serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público .....	81
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo .....	81
Responsabilidade civil do Estado .....	84

## NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose).....	01
Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência.....	04
Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados.....	06

## NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

Arquivística: princípios, conceitos e legislação.....	01
Gestão da informação e de documentos.....	05
Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos .....	07
Classificação de documentos de arquivo. Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo .....	09
Tabela de temporalidade de documentos de arquivo. Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo .....	11
Preservação e conservação de documentos de arquivo. Tipologias documentais e suportes físicos: microfilmagem, automação, preservação, conservação e restauração de documentos.....	14

# ÍNDICE

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais. Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas .....	01
Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade direitos políticos, partidos políticos.....	04
Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.....	16
Administração pública. Disposições gerais, servidores públicos.....	25
Poder executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República.....	25
Poder legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito.....	28
Poder judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Composição e competências. Funções essenciais à justiça. Ministério público, advocacia pública. Defensoria pública.....	33
Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.Atribuições constitucionais da Polícia Judiciária.....	41
Ordem social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índio .....	44

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.  
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.  
APLICABILIDADE DAS NORMAS  
CONSTITUCIONAIS. NORMAS DE  
EFICÁCIA PLENA, CONTIDA E LIMITADA.  
NORMAS PROGRAMÁTICAS**

## O CONSTITUCIONALISMO

O Constitucionalismo é um movimento político-social, surgido no século XVIII e motivado por ideias iluministas para conter o absolutismo e fomentar a adoção de constituições escritas pelas nações, com a finalidade de limitar o poder dos governantes. O ideal do constitucionalismo é, portanto, defender um regime político no qual há a necessidade de uma Constituição para reger a vida de um país, limitando os atos do Executivo, numa forma de organizar o poder.

## O NEOCONSTITUCIONALISMO

Diante das novas tendências e necessidades do universo jurídico constitucional na contemporaneidade, a preocupação do chamado constitucionalismo pós-moderno, pós-positivismo ou neoconstitucionalismo não mais consiste na ideia de limitação do poder político, mas sim na eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, e na consequente concretização dos direitos fundamentais.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

O jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2005) ensina que o Direito Constitucional, como a própria denominação revela, é correlativo à ideia de Constituição e o conceito de Constituição é um fato cultural e, portanto, histórico.

*Como ciência, o Direito Constitucional é o conhecimento sistematizado da organização jurídica fundamental de Estado. Isto é, conhecimento sistematizado das regras jurídicas relativas à forma do Estado, à forma do governo, ao modo de aquisição e exercício do poder, ao estabelecimento de seus órgãos e aos limites de sua ação (FERREIRA FILHO, 2005, p. 16).*

## CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO

A Constituição é a lei máxima e fundamental de um país, que geralmente determina a sua organização social, política, jurídica e econômica.

Conjunto de normas jurídicas, normalmente escritas em um texto unitário, que regulam a organização e atuação do Estado nas relações sociais.

## CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

Toda tipologia ou classificação depende dos critérios adotados por seus estudiosos. É importante esclarecer que existem diferentes classificações entre os juristas mais renomeados. Não se trata, portanto, de uma classificação ser mais acertada que outra, mas sim, mais adequada à sua finalidade didática. Segundo Alexandre de Moraes (2018) a tipologia ou a classificação das constituições pode ser basicamente delimitada:

Quanto ao conteúdo:

- **Material:** conjunto de regras materialmente constitucionais, ou seja, que contiver as normas fundamentais e estruturais do Estado, a organização de seus órgãos, os direitos e garantias fundamentais, independentemente da forma em que estejam organizadas tais disposições.
- **Formal:** consubstanciada em um documento solene estabelecido pelo poder constituinte originário. É levado em consideração o processo de sua formação, e não necessariamente a materialidade de suas normas ou conteúdo.

Quanto à forma:

- **Escrita:** expressa num único texto. "A Constituição escrita é o mais alto estatuto jurídico de determinada comunidade, caracterizando-se por ser a lei fundamental de uma sociedade" (MORAES, 2018, p. 43).
- **Não escrita:** não estabelecida em um documento único e solene, mas é costumeira, baseada e consubstanciada nos costumes, convenções, jurisprudências e práticas sociais preestabelecidas.



### #FicaDica

Arábia Saudita, Líbia, Nova Zelândia e Reino Unido são exemplos de países que não tem uma Constituição escrita.

Quanto ao modo de elaboração:

- **Dogmática:** também chamada de sistemática, é sempre escrita e estrutural e surge a partir de dogmas políticos ou sistemas ideológicos prévios.
- **Histórica:** fruto da lenta e contínua síntese da história e tradições de um povo, como é o caso da Constituição inglesa.

Quanto à origem:

- **Promulgada:** também chamada de democrática, votada ou popular, é fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita direta e legitimamente pelo povo, para, em nome dele atuar.

- **Outorgada:** é a Constituição imposta de maneira unilateral por governante que não recebeu do povo a legitimidade para em nome dele atuar (LENZA, 2019).

Quanto à estabilidade ou alterabilidade:

- **Imutável:** é vedada qualquer alteração.
- **Rígida:** exige para a sua alteração um processo legislativo solene, mais complexo e árduo do que o empregado para a modificação das normas infraconstitucionais. Para Alexandre de Moraes (2018), a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada super-rígida, porque em regra pode ser alterada por um processo legislativo diferenciado, mas, excepcionalmente é imutável quanto às suas cláusulas pétreas, previstas em seu art. 60, § 4º. Esta classificação, contudo, não tem sido adotada pelo STF.
- **Semirígida:** algumas regras poderão ser alteradas pelo processo legislativo ordinário, enquanto outras somente por um processo legislativo especial e complexo.
- **Flexível:** não exige um processo legislativo de alteração mais dificultoso do que as normas infraconstitucionais. Logo, pode ser alterada por processo legislativo ordinário.

Quanto à extensão e finalidade:

- **Analítica:** também chamada de dirigente, é ampla e detalhada, trazendo todos os assuntos que podem ser considerados fundamentais e relevantes à formação, destinação e funcionamento do Estado. É minuciosa e normalmente estabelece regras que poderiam ser matéria de leis infraconstitucionais.
- **Sintética:** é concisa, breve e sucinta, tratando apenas de princípios fundamentais e estruturais do Estado. Geralmente são mais duradouras, um exemplo é a Constituição dos Estados Unidos.

Além desta classificação básica, alguns doutrinadores as dividem em outros tipos, de acordo com o que acreditam ser mais adequado para os seus estudos. Existem ainda as constituições normativas, nominalistas e semânticas, as dualistas ou pactuadas, as principiológicas e preceituais, provisórias e definitivas, as heterônomas e autônomas, as constituições garantia, balanço e dirigente, as liberais (negativas) e sociais (dirigentes) e, as expansivas.



#### FIQUE ATENTO!

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é formal, escrita, dogmática, promulgada, rígida (ou super-rígida) e analítica. E ainda, normativa, principiológica, definitiva, autônoma, de garantia, dirigente, social e expansiva.

## EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

A positivação de uma norma constitucional não implica automaticamente em sua eficácia e aplicabilidade. Portanto, as normas constitucionais podem ser: de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada.

Segundo Lenza (2019), as normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral são aquelas normas da Constituição que, no momento que esta entra em vigor, estão aptas a produzir todos os seus efeitos, independentemente de norma integrativa infraconstitucional. Já as normas constitucionais de eficácia contida ou prospectiva têm aplicabilidade direta e imediata, mas possivelmente não integral. Embora tenham força de produzir todos os seus efeitos quando da promulgação da nova Constituição, ou da entrada em vigor ou introdução de novos preceitos por emendas à Constituição, poderá haver a redução de sua abrangência e limitação ou restrição à eficácia e à aplicabilidade que pode se dar por decretação do estado de defesa ou de sítio, além de outras situações, por motivo de ordem pública, bons costumes e paz social. Por sua vez, as normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas normas que, de imediato, não têm o poder e a força de produzir todos os seus efeitos, precisando de norma regulamentadora infraconstitucional a ser editada pelo poder, órgão ou autoridade competente, ou até mesmo de integração por meio de emenda constitucional. São, portanto, consideradas normas de aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, ou ainda, diferida.

## NORMAS PROGRAMÁTICAS

De modo geral, pode-se dizer que a Constituição de 1988 é programática. Isso porque grande parte de suas normas traçam, na verdade, princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos em longo prazo. São verdadeiras metas a serem atingidas pelo Estado e seus programas de governo na realização de seus fins sociais.

## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

*Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

*I - a soberania;*

*II - a cidadania*

*III - a dignidade da pessoa humana;*

*IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;*  
(Vide Lei nº 13.874, de 2019).

*V - o pluralismo político.*

*Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*

São, portanto, princípios fundamentais da Constituição:

A soberania, que consiste num poder político supremo, independente na ordem internacional e não limitado a nenhum outro na esfera interna. É a capacidade do país editar e reger suas próprias normas e seu ordenamento jurídico.

A cidadania, condição da pessoa pertencente a um Estado, dotada de direitos e deveres. É o status de cidadão inerente a todo jurisdicionado que tem direito de votar e ser votado.

A dignidade da pessoa humana, valor moral personíssimo, inerente à própria condição humana. Fundamento consistente no respeito pela vida e integridade do ser humano e a garantia de condições mínimas de existência com liberdade, autonomia e igualdade de direitos.

Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pois é através do trabalho que o homem garante sua subsistência e o crescimento do país. Por isso, a necessidade de se estabelecer a proteção deste importante direito social. Por sua vez, a livre iniciativa consiste numa doutrina que defende a total liberdade para o exercício de atividades econômicas, sem qualquer interferência do Estado.

Muito importante mencionar que os fundamentos ou princípios fundamentais são diferentes dos objetivos da Constituição, previstos no art. 3º, CF:

*Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:*

*I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;*

*II - garantir o desenvolvimento nacional;*

*III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;*

*IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

## ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

O Estado brasileiro é democrático porque é regido por normas democráticas, pela soberania da vontade popular, com eleições livres, periódicas e pelo povo, e de direito porque pauta-se pelo respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais, refletindo a afirmação dos direitos humanos.

## TRIPARTIÇÃO DE PODERES

*Art. 2º São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

Assim, o Estado brasileiro é marcado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e separação dos poderes estatais, de modo que o legislativo, executivo e judiciário possam atuar em harmonia.



## EXERCÍCIOS COMENTADOS

**1. (TJMG – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO – CONSULPLAN – 2018)** Em relação à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As normas constitucionais de eficácia plena são suscetíveis de aplicação sem solução de continuidade.
- b) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação diferida, e não aplicação ou execução imediata como as normas programáticas.
- c) As normas constitucionais de eficácia limitada não são providas de aplicabilidade direta e imediata, vez que carecem de regulamentação para tornarem-se aplicáveis.
- d) As normas constitucionais de eficácia contida não são dotadas de aplicabilidade integral, já que há a possibilidade de o alcance do preceito ser reduzido pela legislação ordinária.

**Resposta: Letra B.** Incorreta. Conforme art. 5º, § 1º, CF/88: as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm **aplicação imediata**.

**2. (TJSC – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO – IESES – 2019)** Marque a alternativa INCORRETA sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988:

- a) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federativa da República do Brasil de 1988.
- b) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito.
- c) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- d) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

**Resposta: Letra C.** Incorreta. Conforme art. 2º, CF: São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O MP não é um poder reconhecido na Constituição, mas sim um órgão autônomo e independente.

**3. (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP – ASSISTENTE JURÍDICO – VUNESP – 2018)** De acordo com a doutrina existente sobre eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, são normas constitucionais de eficácia contida aquelas que:

- a) no momento da sua entrada em vigor já estão aptas a produzir todos os seus efeitos.